

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	7
5.4 - Programa de Integridade	13
5.5 - Alterações significativas	16
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	17

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	18
10.2 - Resultado operacional e financeiro	46
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	48
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	49
10.5 - Políticas contábeis críticas	51
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	53
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	54
10.8 - Plano de Negócios	55
10.9 - Outros fatores com influência relevante	57

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

a. Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Atualmente, o Grupo Equatorial, do qual faz parte a Companhia, está em processo de elaboração de sua Política de Gestão Riscos. Até que o documento seja aprovado pela Administração da Companhia, o Grupo tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio que possam impactar no atingimento dos objetivos previstos no planejamento estratégico e operacional da Companhia, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Tais práticas encontram-se formalizadas em uma "Norma de Procedimento" da Gerência de Auditoria agregado à elaboração da AGR – Análise Geral de Riscos, a qual analisa o risco de forma consolidada, ou seja, da Companhia e suas controladas.

Não obstante não possua uma política formalizada, a efetividade e adequação dos controles internos adotados pela Companhia com relação aos riscos descritos no item 4.1 são percebidas, considerando:

Priorização dos riscos nos processos: Impacto dos riscos priorizados em cada processo, onde os processos mais impactados pelos riscos mais relevantes e/ou com maior exposição serão priorizados no plano de auditoria interna.

Complexidade: Percepção de fatores que contribuem para aumentar o grau de complexidade dos processos, como por exemplo: características dos sistemas aplicativos, aspectos regulamentares, localidades envolvidas, tecnologia utilizada e estrutura organizacional.

Histórico de exceções: Percepção/ocorrência de problemas envolvendo as atividades do processo analisado.

Volumetria: Valores envolvidos em transações do processo. Representa relevância financeira do processo no contexto da Companhia, fato este que potencializa eventuais danos à companhia caso o risco se materialize.

b. Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

Considerando a minuta de Política que se encontra em processo de elaboração, sua finalidade é o estabelecimento de regras para a Gestão dos Riscos Corporativos e Controles Internos, buscando reduzir os níveis de exposição a perdas/prejuízos do Grupo, assegurando as melhores práticas aplicadas no intuito de resguardar o Grupo, considerando sua estratégia, processos, pessoas e ativos.

(i) riscos para os quais se busca proteção

Riscos Corporativos: riscos que podem afetar o Grupo como um todo e impactam diretamente os objetivos estratégicos da organização.

Riscos Inerentes: riscos sempre presentes no ramo do negócio, nos processos ou na atividade, independente dos controles internos administrativos adotados.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

Após a definição da estrutura de gestão de riscos da Companhia, a Área de Gestão de Riscos e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Controles Internos deverá avaliar e monitorar as exposições a risco, apoiando o Comitê de Auditoria com informações, constantemente realimentando os registros com perdas que se materializarem na Companhia.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de risco

Comitê de Auditoria: órgão de apoio ao Conselho de Administração, aprova a proposta de Appetite a Risco da Companhia, analisa a estrutura e a matriz de riscos da Companhia.

Área de Gestão de Riscos e Controles Internos: diretamente ligada à Presidência, a área executa a estratégia de Gestão de Riscos Corporativos, subsidiando o Comitê de Auditoria com informações, avaliando e monitorando as exposições a risco do Grupo.

c. Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Grupo Equatorial, do qual faz parte a Companhia, supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte da área de Gerência Corporativa de Auditoria e Gestão de Riscos e Controles Internos.

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno, considerando o Ambiente de Controle (aplicação das normas da organização, desempenho e a integridade dos valores éticos), Avaliação de Riscos (internos e externos que possam afetar à realização dos objetivos da Companhia, avaliando, inclusive, os impactos de mudanças), Atividades de Controle (propondo ações corretivas necessárias à mitigação de riscos) e avalia a natureza e o escopo das atividades de monitoramento evitando tentativas de burlar os controles, assim como avalia a correção de deficiências por parte da Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos, mas tem como prática monitorar constantemente os riscos do seu negócio, que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, incluindo mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades. Tais práticas encontram-se formalizadas em uma "Norma de Procedimento" da Gerência de Auditoria agregado à elaboração da AGR – Análise Geral de Riscos.

Não obstante não possua uma política formalizada, a efetividade e adequação dos controles internos adotados pela Companhia com relação aos riscos de mercado descritos no item 4.2 acima são percebidas, considerando:

- Priorização dos riscos nos processos: Impacto dos riscos priorizados em cada processo, onde os processos mais impactados pelos riscos mais relevantes e/ou com maior exposição serão priorizados no plano de auditoria interna.
- Risco de Mercado: As perdas financeiras advindas dos riscos associados às perdas de uma eventual remuneração não adequada aos investimentos realizados, de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas, além dos riscos advindos do desequilíbrio entre a oferta e demanda e os associados aos custos de geração e transmissão. A avaliação e controle deste risco são pilares das decisões estratégicas da organização. As principais ferramentas de controle de riscos de mercado sobre as quais são aplicados limites operacionais são a análise de sensibilidade, valor em risco e testes de estresse através de cenários.
- Complexidade: Percepção de fatores que contribuem para aumentar o grau de complexidade dos processos, como por exemplo: características dos sistemas aplicativos, aspectos regulamentares, localidades envolvidas, tecnologia utilizada e estrutura organizacional.
- Histórico de exceções: Percepção / ocorrência de problemas envolvendo as atividades do processo analisado.
- Volumetria: Valores envolvidos em transações do processo. Representa relevância financeira do processo no contexto da Companhia, fato este que potencializa eventuais danos à companhia caso o risco se materialize.

As áreas Financeira, Regulatória e Jurídica atuam em conjunto reportando à Diretoria e o Conselho de Administração as ações que visam mitigar os riscos existentes. A área de auditoria interna realiza trabalhos periódicos, visando mitigar os riscos inerentes ao negócio, inclusive riscos de mercado, através de auditoria e acompanhamento da implementação de ações necessárias para minimização desses riscos. O gerenciamento dos riscos da Emissora é realizado através de estratégias conservadoras, visando liquidez, segurança e rentabilidade. Todas as operações são realizadas de acordo com condições normais de mercado e suas condições são acompanhadas sistematicamente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

O principal risco de mercado ao qual a Companhia está exposta são as eventuais oscilações nas taxas de juros e indicadores econômicos, que afetam diretamente o seu ativo e o seu passivo. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

A Companhia apresenta abaixo, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2018 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Impacto no resultado					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.174.405	1.248.745	1.226.196	1.283.757	1.231.294	1.213.843
Impacto no resultado			74.340	91.791	109.352	56.889	39.438
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.112.763)	(1.183.201)	(1.270.174)	(1.216.376)	(1.166.666)	(1.150.131)
	SELIC	(206.255)	(219.579)	(222.718)	(225.837)	(216.460)	(213.321)
	TJLP	(350.568)	(375.108)	(380.841)	(386.575)	(363.174)	(363.641)
	IGP-M	(108.840)	(112.541)	(113.435)	(114.330)	(111.646)	(110.751)
	IPCA	(472.087)	(487.288)	(490.993)	(494.652)	(483.629)	(479.925)
Total passivos financeiros		(2.250.513)	(2.377.716)	(2.478.161)	(3.377.041)	(2.347.775)	(2.317.769)
Impacto no resultado			(127.203)	(157.210)	(187.256)	(97.262)	(67.256)
Efeito líquido no resultado			(52.864)	(65.419)	(77.904)	(40.373)	(27.818)

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa em 31/12/2018	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	6,42	7,91	9,50	4,75	3,17
SELIC (% 12 meses)	6,43	8,08	9,69	4,85	3,23
TJLP (% 12 meses)	6,72	8,75	10,50	5,25	3,50
IGP-M (% 12 meses)	7,54	4,25	5,10	2,55	1,70
IPCA (%12 meses)	4,05	4,03	4,83	2,42	1,61

Devido à sua baixa exposição à moeda estrangeira, a Companhia optou por não realizar hedge cambial no momento. A estratégia principal é atrelar os ativos aos principais indicadores dos passivos, sendo os principais indicadores são o CDI e o IGP-M. A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2018 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial (R\$ Mil)**

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos Financeiros							
Empréstimos e Financiamentos	USD	(12.641)	(12.892)	(10.970)	(9.049)	(14.813)	(16.735)
Impacto no resultado			(251)	1.671	3.592	(2.172)	(4.094)
Referência para passivos financeiros			Taxa em 31/12/2018	+50%	+25%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (%12 meses)			<u>3,88</u>	<u>5,82</u>	<u>4,85</u>	<u>2,91</u>	<u>1,94</u>

Abaixo descrevemos as principais estratégias para mitigar a exposição a esses índices:

- Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"): A maior parte do endividamento da Companhia está atrelada ao CDI. Para minimizar os efeitos dessa exposição, todas as aplicações financeiras da Emissora também estão atreladas ao CDI.
- IGP-M: Parte significativa da dívida da Companhia está atrelada a esse índice. Em compensação parte da tarifa de distribuição de energia também está atrelada ao IGP-M.

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Emissora são aplicações financeiras, captação de empréstimos para financiar os seus investimentos e capital de giro e captação de debêntures. Todas as operações são realizadas em condições normais de mercado.

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas – e descritas neste item 5.2 – são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia a está estruturando sob a forma de política em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos cujo objetivo visa identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

(b) Objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável tendo em vista que a Companhia ainda não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado.

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas – e descritas neste item 5.2 – são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia a está estruturando sob a forma de política em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos cujo objetivo visa identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**(c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas – e descritas neste item 5.2 – são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia a está estruturando sob a forma de política em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos cujo objetivo visa identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte dos seguintes profissionais:

- Gerente Corporativo de Auditoria Interna;
- Diretor Presidente;
- Diretoria de Estratégia e Regulação;
- Gerente de Assuntos Regulatórios; e
- Membros do Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia.

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno, considerando o Ambiente de Controle (aplicação das normas da organização, desempenho e a integridade dos valores éticos), Avaliação de Riscos (internos e externos que possam afetar à realização dos objetivos da Companhia, avaliando, inclusive, os impactos de mudanças), Atividades de Controle (propondo ações corretivas necessárias à mitigação de riscos) e avalia a natureza e o escopo das atividades de monitoramento evitando tentativas de burlar os controles, assim como avalia a correção de deficiências por parte da Administração.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.1 - Descrição dos controles internos

(a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

Muito embora a Companhia não tenha uma política de gerenciamento de riscos formalizada, a Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia atua com três níveis principais de controles internos, sendo o primeiro estruturado por meio de suas políticas e procedimentos, acompanhadas por controles internos e gerenciais de cada uma das áreas organizacionais. O segundo, por meio da estrutura de controles financeiros, reporte a administração e acompanhamento contínuo dos resultados, que ocorre por meio de reuniões mensais de resultados com a Diretoria. Por sua vez, o terceiro nível é desempenhado pela auditoria interna por meio de trabalhos preventivos e corretivos, com reporte bimestral ao comitê de auditoria da controladora Equatorial Energia e ao conselho de administração da Companhia.

Sistemas de Informação

A maior parte dos sistemas de gerenciamento e controle são produtos adquiridos de fornecedores com importante referência no mercado de tecnologia, sendo customizados para atender ao setor de distribuição de energia elétrica e às necessidades das empresas do grupo. Todos os sistemas estão integrados e possuem elevado grau de automação.

Os sistemas da Companhia são divididos em quatro segmentos: Sistemas Comerciais, Sistemas Técnicos, Sistemas Financeiros e Sistemas de Apoio.

Os sistemas Comerciais estão descritos abaixo:

- SAP CCS: Sistema responsável pelos processos de leitura, faturamento, arrecadação e combate às perdas;
- SAP CRM: Sistema responsável pelo processo de atendimento ao cliente;
- SAP MOM: Sistema responsável pelo controle de ordens de serviço de campo;
- SAP PROLOGA: Sistema responsável pelo processo de leitura e faturamento em campo;
- SAP BO/BW: Sistema responsável pela geração de informações estratégicas da área comercial;
- CAS HEMERA: Sistema responsável pelo processo de faturamento de clientes de alta tensão.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Os sistemas Técnicos estão descritos abaixo:

- G2M+ MAPA: Sistema para georreferenciamento da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER: Sistema para operação da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ OPER MOBILE: Sistema para controle das ordens de serviços de campo da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ MAN: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- G2M+ PROJ: Sistema para controle de manutenção da rede de distribuição de energia elétrica;
- ELIPSE: Sistema SCADA para automação da rede de energia elétrica;
- WAY2: Sistema para controle da medição de energia elétrica.

Os sistemas Financeiros estão descritos abaixo:

- SAP FI: Sistema administrativo-financeiro módulo Financeiro;
- SAP CO: Sistema administrativo-financeiro módulo Contábil;
- SAP MM: Sistema administrativo-financeiro módulo Materiais;
- SAP SD: Sistema administrativo-financeiro módulo Vendas de Serviços;
- SAP PM: Sistema administrativo-financeiro módulo Manutenção;
- SAP PS: Sistema administrativo-financeiro módulo Projetos;
- SAP TRM: Sistema administrativo-financeiro módulo de Tesouraria;
- SAP AA: Sistema administrativo-financeiro módulo de Ativos;
- SAP IM: Sistema administrativo-financeiro módulo Investimentos;
- SAP WF: Sistema administrativo-financeiro módulo Workflow de Aprovação;
- SAP GRC NFe: Sistema administrativo-financeiro módulo para Emissão de notas fiscais;
- SAP BO/BW: Sistema administrativo-financeiro módulo de geração de informações estratégicas;
- MASTERSAF: Sistema para gestão e controle dos processos fiscais;
- WMS: Sistema para gestão e controle do estoque de materiais.

Os sistemas de Apoio estão descritos abaixo:

- SÊNIOR VETORH: Sistema responsável pelo processamento da folha de pagamento;
- ASM: Sistema responsável pelo registro, controle e acompanhamentos dos incidentes e requisições relacionados ao ambiente de tecnologia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- CP-PRO: Sistema responsável pelo controle e gestão dos processos jurídicos.

A Companhia possui uma Central de Serviços de TI que gerencia e controla todo o processo de concessão de acesso aos sistemas relacionados acima. Este processo é fundamentado nos principais frameworks de melhores práticas de mercado como ITIL, COBIT, ISO 20.000 e ISO 27.000.

As principais premissas deste processo são:

- (a) Todo acesso só é concedido mediante autorização prévia de um gestor imediato;
- (b) As permissões de acesso às funcionalidades dos sistemas são concedidas de acordo com a função desempenhada pelos usuários. Desta forma, são criados grupos de acesso chamados de perfis;
- (c) Existem usuários-chave nas áreas de negócio que detêm grande conhecimento dos sistemas. Estes são os responsáveis em avaliar a inclusão/modificação dos usuários nos perfis de cada sistema.

Periodicamente, empresas independentes são contratadas para auditar o ambiente de Tecnologia da Informação do Grupo Equatorial Energia, incluindo os acessos aos sistemas.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. A Companhia está atenta às novas tecnologias e investe constantemente em seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

As unidades de negócio do Grupo Equatorial Energia são estruturadas de forma a permitir o pleno atendimento à legislação. A administração do Grupo Equatorial Energia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

No cumprimento dessa responsabilidade, a administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação de Procedimentos de controle interno ou de medidas corretivas.

Por fim, a Companhia entende que não há necessidade de uma política formalizada, por entender que as práticas por ela adotadas – e descritas nesta seção 5 – são suficientes para lidar com os riscos aos quais está exposta. No entanto, a Companhia está estruturando sob a forma de política em conjunto com a implantação da Área de Gerenciamento de Riscos cujo objetivo visa identificar eventos que possam comprometer as estratégias da organização, avaliação de riscos, além da definição de estratégia de gerenciamento e monitoramento contínuo do grau de exposição.

(b) Estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia conta com as seguintes estruturas organizacionais para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

- Ambiente de controles robusto com utilização do ERP SAP em sua estrutura de tecnologia;

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Gerência de auditoria interna independente e dedicada a avaliar exposição a riscos, testar controles, transações e procedimentos. Esta área é diretamente subordinada à Presidência da Companhia;
- Diretoria de Estratégia e Regulação dedicada a analisar a conformidade das operações aos requisitos legais e regulatórios;
- Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia que funciona supervisionando os resultados e operações.

A Gerência de Auditoria Interna e a Diretoria de Estratégia e Regulação reportam-se ao Comitê de Auditoria da Equatorial Energia, que por sua vez assessora e informa o Conselho de Administração da Companhia e de sua controladora sobre possíveis deficiências e falhas do processo.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos descrita neste item é parte das práticas da Companhia, bem como de sua controladora, de controle de riscos. No entanto, não há qualquer política de gerenciamento de riscos formalizada que trate do assunto ou de tais procedimentos, sendo que todas as práticas estão descritas nesta seção 5.

O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial, criado em maio de 2014, avalia ações e toma decisões que influenciam o cotidiano da Companhia. Dentre suas funções, podemos destacar:

- i) Avaliação da efetividade e da suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos que entender necessárias;
- ii) Verificação do cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas manifestações;
- iii) Avaliação da observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independente e interna, bem como se pronunciar no Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ou a Diretoria da Companhia;
- iv) Reunião com os diversos Comitês e com o Conselho de Administração, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;
- v) Elaboração do relatório anual resumido;
- vi) Avaliação e monitoramento da adequação da Companhia à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos;
- vii) Avaliação e monitoramento dos mecanismos de controle e verificação do cumprimento da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e seus regulamentos pela Companhia; e

Seus mecanismos de avaliação envolvem a supervisão das atividades da área de controles internos da Companhia, através do monitoramento da qualidade e integridade das atividades da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

auditoria interna da Companhia. Além de proceder, anualmente, à auto avaliação de suas atividades e identificar oportunidades de melhoria na sua forma de atuação.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração

A Companhia supervisiona a eficiência de seus controles internos com o suporte dos seguintes profissionais:

- Gerente Corporativo de Auditoria Interna;
- Diretor Presidente;
- Diretor Vice-Presidente de Operações;
- Diretoria de Estratégia e Regulação;
- Gerente de Assuntos Regulatórios; e
- Membros do Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia.

A Auditoria Interna seleciona, desenvolve e realiza avaliações contínuas visando se certificar da presença e eficácia dos mecanismos de controle interno, fornecendo informações essenciais para avaliação dos gestores. O Comitê de Auditoria da controladora Equatorial Energia supervisiona o desenvolvimento e o desempenho do controle interno, considerando o Ambiente de Controle (aplicação das normas da organização, desempenho e a integridade dos valores éticos), Avaliação de Riscos (internos e externos que possam afetar à realização dos objetivos da Companhia, avaliando, inclusive, os impactos de mudanças), Atividades de Controle (propondo ações corretivas necessárias à mitigação de riscos) e avalia a natureza e o escopo das atividades de monitoramento evitando tentativas de burlar os controles, assim como avalia a correção de deficiências por parte da Administração.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A KPMG Auditores Independentes conduziu trabalho de revisão de acordo com a NBC TR 2410 (ISRE 2410), onde o auditor obtém o entendimento da Companhia e de seu ambiente, incluindo a estrutura de controle interno, na extensão necessária para determinar as indagações a serem feitas e os procedimentos analíticos e outros procedimentos de revisão aplicados. Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2018, cujos trabalhos foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. De acordo com a avaliação da Administração, as demais deficiências reportadas pelos auditores não apresentam probabilidade ou magnitude com relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. - Mecanismos e procedimentos internos de integridade

a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Encontra-se em fase de implantação no Grupo Equatorial Energia, uma área de riscos e controles internos, com o objetivo de propiciar a melhor prática de gestão de riscos e controles internos no intuito de resguardar o Grupo Equatorial, considerando sua estratégia, processos e ativos, de eventuais riscos. O Grupo Equatorial atua em três linhas de defesa voltadas para prevenção, detecção e remediação de fraudes, normatizando seus processos administrativos, operacionais e financeiros, que periodicamente são revisados por analistas de risco e consultores de qualidade.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Atua na prevenção, detecção e remediação de fraudes o Comitê de Ética da Equatorial Energia S.A., com atuação também em suas controladas diretas e indiretas, como é o caso da Companhia. Os processos e mecanismos da Companhia para prevenção, detecção e remediação de fraudes, são revisados por analistas de riscos e consultores de qualidade, e a Auditoria Interna da Equatorial Energia S.A., com atuação também em suas controladas diretas e indiretas, como é o caso da Companhia e realiza trabalhos de revisão de aderência desses controles.

(iii) código de ética ou de conduta

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética e Conduta do Grupo Equatorial contempla ações e princípios que norteiam as relações de seus empregados, diretores e conselheiros.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A cada alteração implantada no Código de Ética e Conduta, são promovidos treinamentos para empregados, diretores e conselheiros que se sujeitam ao Código de Ética e Conduta, de forma a estarem atualizados com os temas incluídos ou que sofrerem alterações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Cabe ao Comitê de Ética a recomendação de aplicação das medidas disciplinares, que variam de acordo com a gravidade das transgressões identificadas e apuradas. As sanções estão previstas em norma específica (NP.004. EQTL).

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O código de ética do grupo foi aprovado em 31 de maio de 2006 pelo Comitê de Auditoria. E pode ser acessado através do site: www.equatorialenergia.com.br

(b) canal de denúncia

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Grupo Equatorial possui canal de denúncias interno. O canal se destina ao recebimento e envio de dúvidas, críticas, relatos de casos de descumprimento do Código de Ética e Conduta ou sugestões referentes à ética e conduta profissional, e é administrado pela Ouvidoria e Auditoria Interna, que darão o devido tratamento aos relatos recebidos, envolvendo o Comitê de Ética, se necessário. O acesso ao canal é disponibilizado por meio de [endereço na internet e por telefone, 24 horas por dia.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de denúncias está aberto aos empregados e terceiros, que mantém relacionamento com o Grupo Equatorial, do qual faz parte a Companhia, sendo disponibilizado acesso telefônico e via web 24 horas por dia.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O canal permite que o denunciado mantenha o anonimato, gerando protocolo para que acompanhe o andamento do processo até a finalização da apuração.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Gerência de Auditoria Interna da Equatorial Energia S.A., com atuação também em suas controladas diretas e indiretas é responsável pela apuração de denúncias.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Nos procedimentos que envolvem fusões, aquisições e reestruturações societárias, a análise da contraparte sempre faz parte do processo de *DueDiligence*, em que são avaliados os processos administrativos, judiciais, criminais e potenciais riscos dos contratos, tanto das pessoas jurídicas, como das pessoas físicas que tenham participação na sociedade.

As análises são formalizadas através de Relatórios de Diligência preparados por assessores legais conceituados. Esses relatórios são apresentados para a Diretoria e para o Conselho de Administração que avaliam a continuidade da companhia no negócio dependendo dos riscos verificados, seguindo as regras da Lei de Anticorrupção e do Compliance.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes ilícitos praticados contra a administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve, no último exercício social, alterações significativas nos principais riscos aos quais o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 Outras informações relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a esta Seção do Formulário de Referência.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, são derivadas de nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas Demonstrações Financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas no item 10 em geral significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A CEMAR é uma distribuidora de energia elétrica, cuja área de concessão engloba todo o estado do Maranhão, pertencente ao grupo Equatorial Energia.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$2.959,5 milhões, crescimento de 20,9% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2017, R\$2.447,8 milhões.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R\$672 milhões, EBITDA de R\$ 954 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, a CEMAR apresentava dívida líquida (Dívida Líquida é igual ao Endividamento Total, descontada de (i) Caixa e equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de Curto Prazo; (iii) Valores a Receber e Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros; (iv) Depósitos Judiciais; (v) Repasses de CDE Vencidos – não diretamente observável nas DFs; (vi) saldo líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos) de R\$ 1.044,7 milhões, valor que representava 41% do total do patrimônio líquido e 1,3 vez o EBITDA para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A diretoria da Companhia entende que tais patamares são confortáveis e refletem a robustez patrimonial e financeira da empresa

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 era de R\$2.447,8 milhões, crescimento de 12,5% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2016, R\$2.176,2 milhões.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$490 milhões, EBITDA Ajustado de R\$ 800 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018, a CEMAR apresentava dívida líquida (Dívida Líquida é igual ao Endividamento Total, descontada de (i) Caixa e equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de Curto Prazo; (iii) Valores a Receber e Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros; (iv) Depósitos Judiciais; (v) Repasses de CDE Vencidos – não diretamente observável nas DFs; (vi) saldo líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos) de R\$ 1.044,7 milhões, valor que representava 41% do total do patrimônio líquido e 1,3 vez o EBITDA para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A diretoria da Companhia entende que tais patamares são confortáveis e refletem a robustez patrimonial e financeira da empresa

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$2.176,2 milhões, crescimento de 11,7% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2015, R\$1.948,3 milhões.

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$399,8 milhões, EBITDA Ajustado de R\$673,4 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, a CEMAR apresentava dívida líquida (Dívida Líquida é igual ao Endividamento Total, descontada de (i) Caixa e equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de Curto Prazo; (iii) Valores a Receber e Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros; (iv) Depósitos Judiciais; (v) Repasses de CDE Vencidos – não diretamente observável nas DFs; (vi) saldo líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos) de R\$996.657,7 milhões, valor que representava 46% do total do patrimônio líquido e 1,7 vez o EBITDA para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. A diretoria da Companhia entende que tais patamares são confortáveis e refletem a robustez patrimonial e financeira da empresa.

(b) Estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de capital da Companhia era composta por 30% de capital próprio e 70% de capital de terceiros. Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 37% de capital próprio e 63% de capital de terceiros comparados a 41% de capital próprio e 59% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em R\$ mil

	2018	2017	2016
Capital próprio			
Patrimônio líquido	2.959.505	2.447.799	2.176.199
Capital de terceiros			
Passivo circulante	1.528.667	1.452.571	1.281.632
Passivo não circulante	2.478.684	2.652.970	2.170.362
Total do Passivo circulante + não circulante	4.007.351	4.105.541	3.451.994
Total do passivo e patrimônio líquido	9.966.856	6.553.340	5.628.193

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

Adicionalmente a Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida (Dívida Líquida é igual ao Endividamento Total, descontada de (i) Caixa e equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de Curto Prazo; (iii) Valores a Receber e Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros; (iv) Depósitos Judiciais; (v) Repasses de CDE Vencidos – não diretamente observável nas DFs; (vi) saldo líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos) sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de alavancagem observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

A Companhia administra seu capital de modo a maximizar o retorno de seus investidores, por meio da otimização do nível de dívida líquida (Dívida Líquida é igual ao Endividamento Total, descontada de (i) Caixa e equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de Curto Prazo; (iii) Valores a Receber e Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros; (iv) Depósitos Judiciais; (v) Repasses de CDE Vencidos – não diretamente observável nas DFs; (vi) saldo líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos) e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Parcela A compreende os valores repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica, em razão do aditamento aos contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, realizado pela ANEEL em 25 de novembro de 2015. A Parcela A visa eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e a realização das diferenças temporais.

A Diretoria da Companhia esclarece que o gerenciamento do seu capital está baseado no acompanhamento de três principais indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Dívida Líquida/EBITDA;
- Dívida Líquida/Despesa Financeira Líquida¹;
- Endividamento Financeiro Líquido (Endividamento Financeiro Líquido + Patrimônio Líquido).

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia destacam que, considerando o perfil de longo prazo do endividamento, bem como a trajetória de seus resultados, a Companhia pretende honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas.

Esta afirmação pode ser confirmada por meio da avaliação do índice de alavancagem (dívida líquida dividida por seu EBITDA dos últimos 12 meses) da Companhia que encerrou o ano em 31 de dezembro de 2018 em 1,0 vez, 31 de dezembro de 2017 em 1,3 vez, 1,6 vez em 31 de dezembro de 2016 e 1,3 vez em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava R\$ 374 milhões de empréstimos, financiamentos e debentures vencendo no curto prazo, R\$ 687 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$ 600,0 milhões em 31 de dezembro de 2016; e empréstimos, financiamentos e debentures no longo prazo de R\$2.375 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 2.316 milhões e R\$ 1.871 milhões em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Considerando-se a posição de R\$1.980 milhões em disponibilidades (Caixa e equivalente de caixa e Investimentos de curto prazo) em 31 de dezembro de 2018, o fluxo de caixa e a posição de liquidez. A Diretoria da Companhia acredita que a mesma tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos. Caso os Diretores da Companhia entendam ser necessário contrair empréstimos para financiar investimentos e potenciais aquisições, eles acreditam que a Companhia terá capacidade de contratá-los de acordo com as condições de mercado então existentes. A Diretoria da Companhia ressalta que até o ano encerrado em 31 de dezembro de 2018, foi possível que a Companhia honrasse todos os seus compromissos financeiros assumidos.

Desde 2008, a Companhia contrata empresa de Rating para avaliação da sua capacidade financeira, o que auxilia no processo de captação de recursos junto a terceiros pela Companhia. Abaixo, demonstramos a evolução do rating da Companhia em escala local, de acordo com a Fitch Ratings:

¹ Dívida Líquida (Dívida Líquida é igual ao Endividamento Total, descontada de (i) Caixa e equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de Curto Prazo; (iii) Valores a Receber e Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros; (iv) Depósitos Judiciais; (v) Repasses de CDE Vencidos – não diretamente observável nas DFs; (vi) saldo líquido de Instrumentos Financeiros Derivativos).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
A+	AA-	AA-	AA-	AA-	AA-	AA	AA+	AA+	AA+

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:

A diretoria da Companhia esclarece que além da utilização em parte de sua geração própria de caixa, as principais fontes de financiamento para os projetos de investimento da Companhia em 2018, 2017 e 2016 foram o Banco do Nordeste - BNB, a ELETROBRÁS e o BNDES, que usualmente oferecem taxas de juros menores e prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Por estar situada no Nordeste brasileiro e ter 90% do território coberto pela Amazônia Legal, além dos tradicionais órgãos de fomento, acima mencionados, a CEMAR tem possibilidade de captação de linhas de créditos específicas para o desenvolvimento do Nordeste (FNE, FDNE, etc), bem como para desenvolvimento do Norte (FDA).

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, a Emissora recorreu ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento e demais fontes do mercado bancário público e privado.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia possui limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras de primeira linha, porém não tem utilizado os mesmos para financiamentos de curto prazo em capital de giro.

Os diretores da Companhia entendem que caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes, (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Emissora, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 31 de dezembro de 2018, a dívida total (empréstimos, financiamento e debêntures circulante e não circulante) em aberto da Companhia era de R\$2.374,86 milhões, integralmente em moeda nacional. A dívida total em aberto da Companhia, deduzido do caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, no montante de R\$1.220,94 milhões, totalizou R\$1.153,92 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Do valor total do endividamento acima 15,7% (R\$373,60 milhões) tinha vencimento no curto prazo e 84,3% (R\$2.001,26 milhões) tinha vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução da dívida total em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Total empréstimos, financiamentos debentures (R\$ milhões)	de de	Em 31 de dezembro de	Em 31 de dezembro de	Em 31 de dezembro de
		2018	2017	2016
Curto Prazo		373,60	683,85	599,3
Moeda Estrangeira		0	0,12	266,9
Moeda Nacional		373,60	683,73	332,4
Longo Prazo		2.001,26	2.305,92	1.871,4
Moeda Estrangeira		0	12,52	12,3
Moeda Nacional		2.001,26	2.293,40	1.859,1
Dívida total		2.374,86	2.989,77	2.470,7

Empréstimos e Financiamentos Relevantes

A diretoria da Companhia destaca abaixo as principais operações de empréstimos, financiamentos e debêntures contratadas pela Companhia, referente aos períodos encerrados nos três últimos exercícios sociais:

Debêntures e Nota promissórias

4ª emissão de debêntures da Cemar

Em 21 de junho de 2012, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública com esforços restritos, no valor total de R\$280.000 mil, dividido em duas séries de R\$101.380 mil e R\$178.620 mil. Os juros remuneratórios das debêntures da primeira série são de 100% CDI e spread 1,08% a.a., e da segunda série IPCA mais spread de 5,9% a.a.

6ª emissão de debêntures da Cemar

Em 14 de outubro de 2014, a Companhia realizou a 6ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública com esforços restritos, no valor total de R\$200.000 mil, em uma única série. Os juros remuneratórios das debêntures são de 113,2% CDI.

7ª emissão de debêntures da Cemar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 01 de novembro de 2016, a Companhia realizou a 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Os recursos captados, no montante de R\$ 270.000, dividido em duas séries de R\$ 155.000 e R\$ 115.000, com taxa na 1ª série de IPCA + 5,48% a.a e 2ª série com IPCA + 5,54% a.a com amortização bullet.

8ª emissão de debêntures da Cemar

Em 13 de outubro de 2017, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em série única, com taxa de 107% do CDI, com amortização bullet.

1ª emissão de nota promissórias da Cemar

Em 19 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a 1ª emissão de nota promissórias. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em série única, com taxa de 106% do CDI, com amortização bullet.

Dívida com a ELETROBRÁS

Em 16 de fevereiro de 1999, a Cemar celebrou com a Eletrobrás o contrato ECF-1960/1999 concedendo à Cemar um parcelamento da dívida no valor de R\$ 69.265 mil visando financiar a dívida da Cemar junto à ELETROBRÁS. Os encargos financeiros praticados no financiamento da dívida incluíam uma taxa de juros de 10% ao ano em conjunto com uma taxa de administração de 2% ao ano.

Em 27 de abril de 2004, a Cemar celebrou com a Eletrobrás, Instrumento Particular de Renegociação das Condições dos Contratos de Financiamento que dentre eles incluía o contrato ECF-1960/1999. Neste instrumento foram repactuados os encargos monetários do contrato ECF-1960/1999 que variam entre uma taxa de juros de 0% até 4% ao ano e uma taxa de administração de 0% até 4% ao ano entre o período que compreende os anos de 2004 a 2023.

Em 23 de dezembro de 2010, a Cemar celebrou com a Eletrobrás, contrato ECF-2890/2010, concedendo à Cemar crédito de R\$85.309 mil, para construção e ampliação de subestações, linhas de transmissão, com taxa de juros de 5% a.a., acrescida de taxa de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de crédito de 1% a.a.

Dívida com o Banco do Nordeste do Brasil

Em 05 de fevereiro de 2009, a CEMAR assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$144.939 mil, com a finalidade de complementar os recursos financeiros para investimentos na rede elétrica que consistem, basicamente, em melhoramentos e correções de defeitos em estruturas existentes, e na ampliação de redes em áreas urbanas, com edificações e ruas asfaltadas. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE é 10% ao ano, considerando o bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos encargos financeiros.

Dívida com o BNDES

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 11 de novembro de 2011, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de até R\$193.023,4 mil, com o total liberado de R\$175.237 mil, lastreados em recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos, conforme segue abaixo:

- Subcrédito A: O valor contratado é de R\$70.626 mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com a taxa de juros fixada em TJLP + 2,21% ao ano. O prazo total é de 72 meses, com início da amortização em 15 de janeiro de 2012 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.
- Subcrédito B: O valor contratado é de R\$70.626 mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com a taxa de juros fixada em TJLP + 2,21% ao ano acrescida de *spread* de 1% ao ano. O prazo total é de 72 meses, com início da amortização em 15 de janeiro de 2012 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.
- Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$50.772 mil, com o total de R\$33.000 mil liberados nas datas de 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, e taxa de juros fixada em 8,7% ao ano. O prazo total é de 96 meses, com início da amortização em 15 de dezembro de 2013 e vencimento em 15 de novembro de 2021.
- Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$1.000 mil, com o total de R\$986 mil liberados em 27 de dezembro de 2012 e com a taxa de juros equivalente à TJLP. O prazo total é de 60 meses, com início da amortização em 15 de janeiro de 2013 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.

Em 13 de dezembro de 2012, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de até R\$516.487,6 mil, com um total já liberado de R\$333.949 mil, lastreados em recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em nove subcréditos, conforme segue abaixo:

- Subcrédito A: O valor contratado é de até R\$159.562,3 mil, com o total de R\$151.974 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020.
- Subcrédito B: O valor contratado é de até R\$159.562,3 mil, com o total de R\$151.974 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescido de *spread* de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$130.473,9 mil, com o total de R\$110.614 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com a taxa de juros de 2,5% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022.
- Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$21.641,9 mil, com o total de R\$21.373 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020.
- Subcrédito E: O valor contratado é de até R\$21.641,9 mil, com o total de R\$21.373 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescido de *spread* de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020.
- Subcrédito F: O valor contratado é de até R\$12.904,6 mil, com o total de R\$6.259 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com a taxa de juros de 2,5% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022.
- Subcrédito G: O valor contratado é de até R\$4.065,4 mil, com o total de R\$3.842 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020.
- Subcrédito H: O valor contratado é de até R\$4.065,4 mil, com o total de R\$3.842 mil liberados até 31 de dezembro de 2015 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescido de *spread* de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020.
- Subcrédito I: O valor contratado é de até R\$2.569,6 mil com a taxa de juros equivalente à TJLP ao ano, com o total de R\$2.451 mil liberados até 30 de junho de 2016. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020.

Em 30 de dezembro de 2014, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de até R\$557.700 mil, com um total já liberado de R\$103.552 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em oito subcréditos, conforme segue abaixo:

- Subcrédito A: O valor contratado é de até R\$136.162,2 mil, com o total de R\$136.167 mil liberados até 31 de dezembro de 2018 e com a taxa de 2,78% ao ano acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensalmente a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024.
- Subcrédito B: O valor contratado é de até R\$136.162,2 mil, com o total de R\$137.673 mil liberados até 31 de dezembro de 2018 e com a taxa de juros de TJLP + 2,78% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensalmente a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024.
- Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$42.342 mil, com o total de R\$13.709 mil liberados até 31 de dezembro de 2018 e com a taxa de juros de fixa de 6% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de dezembro de 2016 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2017, inclusive. A amortização do principal se dará em 96 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024.
- Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$119.344,5 mil, com o total de R\$63.964 mil liberados até 31 de dezembro de 2018 e com a taxa de juros de TJLP + 2,28% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensalmente a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024.
- Subcrédito E: O valor contratado é de até R\$52.043,6 mil, com o total de R\$33.500 mil liberados até 31 de dezembro de 2018 e com a taxa de juros de 2,78% ao ano acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. O pagamento dos juros no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensalmente a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Subcrédito F: O valor contratado é de até R\$52.043,6 mil, com o total de R\$52.043 mil liberados até 31 de dezembro de 2018 e com a taxa de juros de TJLP + 2,78% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensalmente a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024.
- Subcrédito G: O valor contratado é de até R\$16.827,4 mil, com o total de R\$8.839 mil liberados até 31 de dezembro de 2018 e com a taxa de juros de TJLP + 2,28% ao ano. O pagamento dos juros no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensalmente a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024.
- Subcrédito H: O valor contratado é de até R\$2.774,6 mil, sem valores liberados até 31 de dezembro de 2018 e com a taxa de juros equivalente à TJLP ao ano. A amortização é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensalmente a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024.

Dívida com o Banco do Brasil

Agroindustrial I: No dia 09 de maio de 2013 foram captados R\$90.000 mil, conforme aditado em 19 de dezembro de 2014. Os juros são exigíveis semestralmente e a amortização em parcela única no vencimento, em 11 de abril de 2018.

O contrato Agroindustrial I subdivide-se conforme a baixo:

- Agroindustrial I – Subcrédito A: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 108% do CDI.
- Agroindustrial I – Subcrédito B: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 108% do CDI.

Agroindustrial II: Em 28 de junho de 2013 foram captados R\$150.000 mil, conforme aditado em 19 de dezembro de 2014, alterando a taxa de juros para 108% do CDI. Os juros são exigíveis semestralmente e a amortização em parcela única no vencimento, em 12 de junho de 2018.

Agroindustrial III: Em 01 de julho de 2015 foram captados R\$40.000 mil, conforme aditado em 19 de dezembro de 2014, alterando a taxa de juros para 108% do CDI. Os juros são exigíveis semestralmente e a amortização em parcela única no vencimento, em 15 de junho de 2018.

Agroindustrial IV: Em 22 de dezembro de 2014 foram captados R\$20.000 mil, com taxa de juros de 108% do CDI. Os juros foram exigíveis juntamente com a amortização em parcela única no vencimento, em 04 de dezembro de 2017.

Dívida com o Banco Santander (Brasil) S.A. – Grand Cayman Branch

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 17 de outubro 2014, a Cemar contratou financiamento junto ao Santander, no montante de R\$100.000 mil, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 3,0175% ao ano. Contrato liquidado em 10 de outubro de 2017.

Arelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Cemar contratou com o Santander uma operação de *Swap* com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,30% ao ano.

Dívida com o Itaú-Unibanco S.A. Nassau Branch

Em 17 de outubro de 2014, a Cemar contratou financiamento junto ao Itaú-Unibanco S.A. Nassau por meio de uma Cédula de Crédito Bancário Internacional, no montante de aproximadamente USD40.708 mil (correspondente, na data de contratação, a R\$100.000 mil), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 2,52% ao ano. Contrato liquidado em 21 de outubro de 2017.

Arelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Cemar contratou com o Itaú-Unibanco S.A. uma operação de *Swap* com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,30% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2018, a totalidade do passivo circulante e não circulante da CEMAR era de R\$ 4.226,4 milhões (R\$4.226,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$3.451,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$3.171,1 milhões em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$775,2 milhões (R\$917,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$860,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$688,8 milhões em 31 de dezembro de 2015) são garantidos por garantias reais, , R\$16,5 milhões (362,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, 860,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$1.293 milhões em 31 de dezembro de 2015) são garantidos por garantias fidejussórias e R\$1.515,6 milhões (R\$2.946,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, 1.688,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$919,5 milhões em 31 de dezembro de 2015) possuem garantias quirografárias, não há dívida garantida por garantias flutuantes.

Os financiamentos contratados da Companhia possuem *covenants* e garantias financeiras cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá implicar em vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

As debêntures da 4^a, 6^a, 7^a e 8^a emissão da Companhia possuem *covenants* cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá implicar em vencimento antecipado das respectivas emissões.

Grau de subordinação entre as dívidas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os diretores da Companhia informam que não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Para o contrato com BNDES celebrado em 23 de dezembro de 2012 para financiamento do plano de investimentos de 2012 a 2014, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado foi até 30 de junho de 2016.

O encerramento do crédito aconteceu em junho de 2016.

Para o contrato com BNDES nº 14.2.1233.1, celebrado em 30 de dezembro de 2014 para financiamento do plano de investimentos de 2015 a 2017, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado é até 15 de março de 2018, podendo ser estendido, mediante expressa autorização do BNDES.

Dos 557,7 milhões contratos, 77% já foram utilizados. Ficando para 2018 o volume a ser captado de 24% (126 milhões).

O contrato ECFS 332-2013 (PLPT 7ª Tranche), celebrado em 23 de maio de 2013 destinados à cobertura financeira de parte dos custos diretos das obras do Programa Luz para Todos.

O valor do contrato é de 214 milhões, 89% já foram utilizados e aguardando liberação da parcela final do contrato.

Para o contrato 415.866-52/2013 (Caixa - Finisa), celebrado em 04 de outubro de 2013 destinado a financiar os custos diretos dos investimentos ao atendimento de consumidores rurais. O prazo-limite para utilização de recursos é até 30 de setembro de 2016, podendo ser prorrogado.

Dos 28,6 milhões contratados, 90% já foram utilizados, faltando 10% da parcela de encerramento prevista para 2017.

Para os financiamentos contratados junto ao STN, Operação Itaú, Operação Santander, Banco do Brasil, BNB, Eletrobrás, FINEP, IBM, Votorantim e Sudene, a totalidade (100%) das linhas de crédito aprovadas já foi utilizada pela Companhia.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Em milhares de R\$, exceto %	<u>31/12/2018</u>	<u>%AV</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>%AV</u>	<u>%AH</u>
Receita operacional líquida	3.796.771	100%	3.370.836	100%	13%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos de energia elétrica, construção e operação	(2.570.982)	-68%	(2.273.636)	-67%	13%
Energia elétrica comprada para revenda	(1.899.770)	-50%	(1.617.789)	-48%	17%
Custo de construção	(378.273)	-10%	(427.004)	-13%	-11%
Custo da operação	(292.939)	-8%	(228.843)	-7%	28%
Lucro bruto	1.225.789	32%	1.097.200	33%	12%
Despesas com vendas	(228.757)	-6%	(198.704)	-6%	18%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(185.297)	-5%	(223.527)	-7%	-17%
Perdas por redução ao valor recuperável	(72.290)	1%	(51.772)	1%	40%
Outras despesas/receitas operacionais	(29.272)	-1%	(58.440)	-2%	-50%
Total de receitas (despesas) operacionais	(443.326)	-12%	(480.671)	-14%	-6%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos Imposto de renda e contribuição social	782.463	21%	616.529	18%	27%
Receitas financeiras	316.033	9%	250.941	7%	31%
Despesas financeiras	(285.221)	-7%	(275.911)	-8%	3%
Resultado financeiro, líquido	30.812	1%	(24.970)	-1%	274%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	813.275	22%	591.559	18%	40%
Provisões de impostos sobre o lucro	(140.919)	-4%	(101.942)	-3%	46%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(75.271)	-2%	(57.691)	-2%	30%
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(65.648)	-2%	(44.251)	-1%	66%
Lucro líquido do período	672.356	18%	489.617	15%	38%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$3.371 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$3.803 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 13%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu pelo crescimento do consumo de energia dos mercados cativo e livre de 0,42% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 6.226 MWh e pelo reajuste de 16,94% da tarifa (12,88% no exercício de 2017). Além disso, com a publicação do Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário do STF, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. E, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar, e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. A Companhia registrou R\$ 84.266 mil PIS/COFINS como dedução da receita bruta.

Custo da energia elétrica, construção e operação

O Custo da energia elétrica, construção e operação da Companhia passou de R\$2.274 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.571 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 13% influenciado

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principalmente pelo o aumento de R\$282 milhões na linha de energia elétrica comprada para revenda em virtude aos custos com contratos de compra de energia, incluindo os de Eletronuclear e Cotas de Garantia Física no ambiente regulado, que tiveram um aumento no volume contratado de 4,51 % em relação ao exercício anterior. Além disso, o preço médio pago no exercício de 2018 aumentou em 34,4% em relação ao que foi pago no exercício de 2017, devido ao acionamento das térmicas, entre os meses de março a setembro, o que faz com que haja uma maior parcela variável de pagamento. A queda no custo de construção amenizou o impacto do crescimento da despesa de compra de energia. No exercício de 2018 o custo de construção encerrou em R\$378 milhões, redução de 12,7% em relação a 2017 decorrente da desaceleração no programa de investimentos da Companhia. Os Diretores da Companhia destacam que a queda na despesa de construção da Companhia é neutra para análise do resultado dos serviços uma vez que sua variação é integralmente compensada na receita de construção, componente da receita operacional da Companhia.

Resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social

O resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$617 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$783 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 27%. Os Diretores da Companhia entendem que as variações significativas com impacto nessa rubrica foram explicadas nos dois tópicos anteriores.

Resultado financeiro

O resultado do financeiro da Companhia passou de uma despesa de R\$25 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para uma receita de R\$43 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pela publicação do Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário do STF, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar, e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. A Companhia registrou R\$ 111.806 mil incidente sobre a receita de atualização (Resultado Financeiro).

Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$592 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$826 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 40%.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$490 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$677 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 38%.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Em milhares de R\$, exceto %

—

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	2017	%A V	2016 (Reapresentado)	%A V	%A H
Receita operacional líquida	3.370.836	100%	3.129.893	100%	8%
Custos de energia elétrica, construção e operação	(2.273.636)	67%	(2.148.901)	69%	6%
Energia elétrica comprada para revenda ¹	(1.617.789)	48%	(1.303.898)	42%	24%
Custo de construção	(427.004)	13%	(607.777)	19%	30%
Custo da operação	(228.843)	-7%	(237.226)	-8%	-4%
Lucro bruto	<u>1.097.200</u>	33%	<u>980.992</u>	31%	12%
Despesas com vendas ³	(198.704)	-6%	(204.123)	-7%	-3%
Despesas gerais e administrativas ⁴	(223.527)	-7%	(198.372)	-6%	13%
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(58.440)</u>	-2%	<u>(60.654)</u>	-2%	-4%
Total de despesas operacionais	<u>(480.671)</u>	14%	<u>(463.149)</u>	15%	4%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos	<u>616.529</u>	18%	<u>517.843</u>	17%	19%
Receitas financeiras	250.941	7%	307.435	10%	-
Despesas financeiras	<u>(275.911)</u>	-8%	<u>(335.865)</u>	11%	18%
Resultado financeiro, líquido	<u>(24.970)</u>	-1%	<u>(28.430)</u>	-1%	12%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>591.559</u>	18%	<u>489.413</u>	16%	21%
Provisões de impostos sobre o lucro	<u>(101.942)</u>	-3%	<u>(89.619)</u>	-3%	14%
Lucro líquido do exercício	<u>489.617</u>	15%	<u>399.794</u>	13%	22%

¹ Inclui Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição.

² Inclui Arrendamento e aluguéis.

³ Inclui provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis.

⁴ Inclui despesa com pessoal de administradores e provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$3.130 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$3.371 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 8%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu pelo crescimento do consumo de energia dos mercados cativo e livre de 0,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 6.194 GWh, e especialmente pelo reajuste tarifário médio aplicado a partir de agosto de 2017, de 12,88%.

Custo da energia elétrica, construção e operação

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Custo da energia elétrica, construção e operação da Companhia passou de R\$2.149 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.274 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 5% influenciado principalmente pelo aumento de R\$314 milhões na linha de energia elétrica comprada para revenda em virtude do aumento no preço médio de energia comprada por MWh que encerrou 2017 em R\$175,90 reais, 31% acima de 2016. A queda no custo de construção amenizou o impacto do crescimento da despesa de compra de energia. No exercício o custo de construção encerrou em R\$427 milhões, redução de 29,7% em relação a 2016 decorrente da desaceleração no programa de investimentos da Companhia. Os Diretores da Companhia destacam que a queda na despesa de construção da Companhia é neutra para análise do resultado dos serviços uma vez que sua variação é integralmente compensada na receita de construção, componente da receita operacional da Companhia.

Resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social

O resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$518 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$617 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 19%. O crescimento nessa linha é decorrente principalmente Os Diretores da Companhia entendem que as variações significativas com impacto nessa linha foram explicadas nos dois tópicos anteriores.

Resultado financeiro

O resultado do financeiro da Companhia passou de uma despesa de R\$28 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$25 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pela retração nos indexadores da dívida em 2017. O custo médio da dívida fechou 2017 em 9,6% a.a., 2,6 p.p a menor que em 2016.

Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$489 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$592 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 21%.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$400 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$490 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 22%.

Comparação dos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2016 (Reapresentado)	%AV	2015	%AV	%AH	
Em milhares de R\$, exceto %						
Receita operacional líquida	3.129.893	100%	2.738.793	100%	14%	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Custos de energia elétrica, construção e operação	<u>(2.148.901)</u>	-69%	<u>(1.930.115)</u>	-70%	11%
Energia elétrica comprada para revenda ¹	(1.303.898)	-42%	(1.295.213)	-47%	1%
Custo de construção	(607.777)	-20%	(424.398)	-15%	43%
Custo da operação	(237.226)	-8%	(210.504)	-8%	-4%
Lucro bruto	<u>980.992</u>	31%	<u>808.678</u>	30%	21%
Despesas com vendas ³	(204.123)	-7%	(161.997)	-6%	26%
Despesas gerais e administrativas ⁴	(198.372)	-6%	(176.579)	-6%	12%
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(60.654)</u>	-2%	<u>(47.171)</u>	-2%	29%
Total de despesas operacionais	<u>(463.149)</u>	-15%	<u>(385.747)</u>	-14%	20%
Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos	<u>517.843</u>	17%	<u>422.931</u>	15%	22%
Imposto de renda e contribuição social					
Receitas financeiras	307.435	10%	388.912	14%	-21%
Despesas financeiras	<u>(335.865)</u>	-11%	<u>(368.729)</u>	-13%	-9%
Resultado financeiro, líquido	<u>(28.430)</u>	-1%	<u>20.183</u>	1%	-241%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>489.413</u>	16%	<u>443.114</u>	16%	10%
Provisões de impostos sobre o lucro	<u>(89.619)</u>	-3%	<u>(79.311)</u>	-3%	13%
Lucro líquido do exercício	<u><u>399.794</u></u>	13%	<u><u>363.803</u></u>	13%	10%

¹ Inclui Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição.

² Inclui Arrendamento e aluguéis.

³ Inclui provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis.

⁴ Inclui despesa com pessoal de administradores e provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$2.739 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$3.130 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 14%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelo crescimento do consumo de energia dos mercados cativo e livre de 3,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 6.161 GWh e pelo reajuste tarifário médio aplicado a partir de agosto de 2015, de 8,64%.

Custo da energia elétrica, construção e operação

O Custo da energia elétrica, construção e operação da Companhia passou de R\$1.930 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.149 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 11% influenciado pelo o aumento na despesa de construção em R\$183 milhões de reais, em virtude da aceleração no programa de investimentos da Companhia neste ano. Os Diretores da Companhia destacam que o aumento na despesa de construção da Companhia é neutro para análise do resultado dos serviços uma vez que seu aumento é integralmente compensado por aumento na receita de construção, componente da receita operacional da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social

O resultado antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$423 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$453 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 7%. Os Diretores da Companhia entendem que não houve variação significativa deste grupo entre os períodos.

Resultado financeiro

O resultado do financeiro da Companhia passou de R\$20 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$37 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelo incremento da receita referente à variação da atualização do valor novo de reposição do ativo financeiro, de R\$57 milhões de reais, devido ao maior índice de inflação no período.

Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$443 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$489 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 10%.

Lucro líquido do exercício

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$364 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$400 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 10%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Em milhares de R\$, exceto %	31/12/2018	%AV	31/12/2017	%AV	%AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.220.936	17,5%	1.742.518	26,6%	-29,9%
Investimentos de curto prazo	-	0,0%	394	0,0%	100,0%
Contas a receber de clientes	885.620	13%	830.394	12,7%	7%
Contas a receber – bandeira tarifária	1.369	0,0%	3.571	0,1%	-61,7%
Serviços pedidos	71.228	1,0%	60.726	0,9%	17,3%
Partes relacionadas	13.336	0,2%	-	0,0%	100%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	138.625	2,0%	57.137	0,9%	142,6%
Depósitos judiciais	2.076	0,0%	3.291	0,1%	-36,9%
Estoques	5.267	0,1%	4.361	0,1%	20,8%
Impostos e contribuições a recuperar	38.111	1%	38.087	0,6%	0%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	54.972	0,8%	72.246	1,1%	-23,9%
Outros créditos a receber	68.945	1,0%	65.159	1,0%	5,0%
	2.501.485	46,4%	2.877.884	43,9%	12,3%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	203.156	2,9%	158.984	2,4%	27,8%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	63.527	0,9%	134.290	2,0%	100,0%
Depósitos judiciais	49.924	0,7%	54.612	0,8%	-8,6%
Serviços pedidos	2.574	0,0%	-	0,0%	100%
Impostos e contribuições a recuperar	800.697	11%	62.466	1,0%	1182%
Outros créditos a receber	1.171	0,0%	11.462	0,2%	-89,8%
Ativo financeiro da concessão	1.523.096	21,9%	1.294.726	19,8%	17,6%
Intangível	1.625.558	23%	1.958.916	-17%	-5,8%
	4.490.095	64%	3.675.456	56,1%	1,6%
Total do ativo	6.991.580		6.553.340	100%	6,3%
	-		-		
Em milhares de R\$, exceto %	31/12/2018	%AV	31/12/2017	%AV	%AH
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	289.357	4,2%	392.101	6%	-26,2%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	13.252	0,2%	15.605	0%	-15,1%
Empréstimos e financiamentos	202.968	2,9%	480.653	7%	-57,8%
Debêntures	170.629	2,4%	203.197	3%	-16,0%
Partes relacionadas	5.219	0,1%	-	0%	N/A
Impostos e contribuições a recolher	102.746	1,5%	96.986	1%	5,9%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	22.983	0%	2.175	0%	957%
Dividendos e JSCP	127.491	2%	92.933	1%	37%
Encargos do consumidor	16.672	0,2%	16.650	0,3%	0,1%
Contribuição de iluminação pública	9.797	0,1%	10.477	0%	-6,5%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	58.221	1%	29.019	0,4%	101%
Participação nos lucros de empregados	23.691	0,3%	32.976	0,5%	-28,2%
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	21.920	0,3%	25.884	0,4%	-15,3%
Outras contas a pagar	41.925	1%	53.915	0,8%	-22%
	1.106.870	16%	1.452.571	22%	-24%
Não circulante					
Fornecedores	13.719	0,2%	-	-	100%
Empréstimos e financiamentos	1.131.106	16,2%	1.300.388	19,8%	-13,0%
Debêntures	870.158	12,5%	1.005.529	15%	-13,5%
Impostos e contribuições a recolher	2.713	0,0%	1.747	0,0%	55,3%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social diferidos	310.588	4%	232.253	4%	34%
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	100.747	1,0%	65.378	1,0%	54,0%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	15.546	0%	33.034	1%	-53%
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	580.587	8%	-	0%	0%
Outras contas a pagar	7.031	0,1%	14.641	0%	-47,7%
	3.032.195	35,6%	2.652.970	40%	-6,6%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.146.557	16,5%	1.025.318	16%	11,8%
Reservas de capital	674	0,0%	674	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	1.705.284	24%	1.421.807	22%	20%
Lucros acumulados	-	0,0%	-	0,0%	-
Total do patrimônio líquido	2.852.515	41%	2.447.799	37%	16,5%
Total do passivo	6.9991.580	100%	6.553.340	100%	7%

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$2.878 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$3.233 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 12%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente por:

Caixa e equivalentes de caixa

Redução no caixa e equivalentes de caixa em virtude da redução na participação no fundo exclusivo Santander Energia I em R\$ 636MM para arcar com o déficit anual de caixa.

Investimento de Curto Prazo

A variação entre saldos de Investimentos de curto prazo e Caixa e equivalente de caixa foi influenciado pela mudança a política de investimentos do grupo Equatorial Energia. No exercício de 2017 os Fundos de Investimentos passaram a ser classificados como Equivalente de Caixa. Estas aplicações apesar de atenderem anteriormente às premissas do CPC 03 (R2), quanto à classificação como caixa e equivalentes de caixa, estavam classificadas como investimentos de curto prazo, pois não havia a expectativa da Administração em utilizar estes recursos na gestão de caixa da Companhia.

Impostos e contribuições a recuperar

O Impostos e contribuições a recuperar passou de uma despesa de R\$38 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$815 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pela publicação do Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário do STF, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia Constituiu um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar, e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. A Companhia registrou R\$ 84.266 PIS/COFINS como dedução da receita bruta, e R\$ 111.806 incidente sobre a receita de atualização (Resultado Financeiro).

Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

Antecipações de Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar e de valores retidos na fonte de aplicações financeiras do ano de 2018.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$3.676 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$3.734 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 1,6%. Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente por:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo financeiro da concessão e intangível

Investimentos em imobilizado realizados pela Companhia no período, o que resultou no acréscimo de 11% nos saldos do Ativo Financeiro da Concessão e Intangível, que somados representam R\$115 milhões, com o objetivo de expandir a capacidade de distribuição de energia e melhoria na qualidade do serviço prestado em sua área de concessão.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$1.453 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.529 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 5%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente por:

Outras contas a pagar

Aumento do saldo do contas a pagar essa variação ocorreu principalmente pela publicação do Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário do STF, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em outubro de 2018. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia Constituiu um ativo referente a PIS/COFINS a recuperar, e constituiu um passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores. Em 31 de Dezembro de 2018 esse passivo é de R\$ 580.587.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$2.653 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.479 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 7%. Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente por:

Empréstimos e financiamentos

Redução de R\$1.300 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$1.131 milhões em 31 de dezembro de 2018 decorrente da Liquidação do empréstimo AGROINDUSTRIAL (Banco do Brasil) no valor de R\$190,0 milhões.

Debêntures

Redução de R\$1.006 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$870 milhões em 31 de dezembro de 2018 decorrente da Liquidação da 4ª emissão de debêntures no valor de R\$135,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$2.447,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$2.959,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 20%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente por: (i) pelo aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 95.698, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$ 75.709 e 100% da reserva legal no valor de R\$ 19.989. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social; (ii) lucro no exercício de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2017 da Companhia.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

Em milhares de R\$, exceto %	31/12/2017	% AV	31/12/2016	% AV	% AH
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	1.742.518	27%	564.940	10%	208%
Investimentos de curto prazo	394	0%	795.960	14%	-100%
Contas a receber de clientes	830.394	13%	746.057	13%	11%
Contas a receber - bandeiras tarifárias	3.571	0%	1.954	0%	83%
Serviços pedidos	60.726	1%	41.856	1%	45%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	57.137	1%	-	0%	100%
Depósitos judiciais	3.291	0%	18.629	0%	-82%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	60.062	1%	-100%
Estoques	4.361	0%	10.856	0%	-60%
Impostos e contribuições a recuperar	38.087	1%	36.186	1%	5%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	72.246	1%	41.314	1%	75%
Outros créditos a receber	65.159	1%	19.795	0%	229%
	2.877.884	44%	2.337.609	42%	23%
Não circulante					
Contas a receber de clientes	158.984	2%	101.297	2%	57%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	134.990	2%	50.551	1%	166%
Depósitos judiciais	54.612	1%	24.759	0%	121%
Impostos e contribuições a recuperar	62.466	1%	64.293	1%	-3%
Outros créditos a receber	11.462	0%	11.323	0%	1%
Ativo financeiro da concessão	1.294.726	20%	1.048.121	19%	24%
Intangível	1.958.916	30%	1.990.240	35%	-2%
	3.675.456	56%	3.290.584	58%	12%
Total do ativo	6.553.340	100%	5.628.193	100%	16%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em milhares de R\$, exceto %	31/12/2017	% AV	31/12/2016	% AV	% AH
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	392.101	6%	305.167	5%	28%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	15.605	0%	11.949	0%	31%
Empréstimos e financiamentos	480.653	7%	484.364	9%	-1%
Debêntures	203.197	3%	114.982	2%	77%
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	0%	7.750	0%	-
Impostos e contribuições a recolher	96.986	1%	84.453	2%	15%
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	2.175	0%	-	0%	100%
Dividendos	92.933	1%	76.817	1%	21%
Encargos do consumidor	16.650	0%	7.689	0%	117%
Contribuição de iluminação pública	10.477	0%	14.714	0%	-29%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	29.019	0%	25.485	0%	14%
Participação nos lucros	32.976	1%	38.397	1%	-14%
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios.	25.884	0%	35.829	1%	-28%
Outras contas a pagar	53.915	1%	74.036	1%	-27%
	1.452.571	22%	1.281.632	23%	13%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.300.388	20%	1.198.153	21%	9%
Debêntures	1.005.529	15%	673.258	12%	49%
Impostos e contribuições a recolher	1.747	0%	1.370	0%	28%
Imposto de renda e contribuições social diferidos	232.253	4%	185.956	3%	25%
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	65.378	1%	56.150	1%	16%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	33.034	1%	41.145	1%	-20%
Outras contas a pagar	14.641	0%	14.330	0%	100%
	2.652.970	40%	2.170.362	39%	22%
Patrimônio líquido					
Capital social	1.025.318	16%	929.620	17%	10%
Reservas de capital	674	0%	674	0%	0%
Reservas de lucros	1.421.807	22%	1.245.905	22%	14%
	2.447.799	37%	2.176.199	39%	12%
Total do passivo e patrimônio líquido	6.553.340	100%	5.628.193	100%	16%

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$2.338 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.878 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 23%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente por:

Caixa e equivalentes de caixa

Aumento no caixa e equivalentes de caixa em virtude de captação de recursos referente à emissão de debêntures no montante de R\$500 milhões e notas promissórias de R\$500 milhões.

Investimento de Curto Prazo

A variação entre saldos de Investimentos de curto prazo e Caixa e equivalente de caixa foi influenciado pela mudança a política de investimentos do grupo Equatorial Energia. No exercício de 2017 os Fundos de Investimentos passaram a ser classificados como Equivalente de Caixa. Estas aplicações apesar de atenderem anteriormente às premissas do CPC 03 (R2), quanto à classificação como caixa e equivalentes de caixa, estavam classificadas como investimentos de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

curto prazo, pois não havia a expectativa da Administração em utilizar estes recursos na gestão de caixa da Companhia.

Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

Antecipações de Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar e de valores retidos na fonte de aplicações financeiras do ano de 2017.

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$3.291 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$3.676 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 12%. Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente por:

Ativo financeiro da concessão e intangível

Investimentos em imobilizado realizados pela Companhia no período, o que resultou no acréscimo de 7% nos saldos do Ativo Financeiro da Concessão e Intangível, que somados representam R\$215 milhões, com o objetivo de expandir a capacidade de distribuição de energia e melhoria na qualidade do serviço prestado em sua área de concessão.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$1.282 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.453 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 13%. Os diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente por:

Fornecedores

Aumento do saldo a pagar a fornecedores energia no curto prazo que tiveram aumentaram em virtude do PLD médio de 2017, que foi liquidado no valor médio de R\$201,66, sendo em 2016 o PLD médio praticado de R\$82,75.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$2.170 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.653 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 22%. Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente por:

Debêntures

Debêntures passou de R\$673 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.006 milhões em 31 de dezembro de 2017 decorrente da captação da 8ª emissão de debêntures no valor de R\$500,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$2.176,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.447,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 12%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente por: (i) pelo aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 95.698, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$ 75.709 e 100% da reserva legal no valor de R\$ 19.989. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social; (ii) lucro no exercício de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2017 da Companhia.

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de R\$, exceto %	<u>31/12/2016</u>	<u>% AV</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>% AV</u>	<u>% AH</u>
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	564.940	10%	310.893	6%	82%
Investimentos de curto prazo	795.960	14%	1.094.340	21%	-27%
Contas a receber de clientes	746.057	13%	712.416	14%	5%
Contas a receber - bandeiras tarifárias	1.954	0%	5.438	0%	-64%
Serviços pedidos	41.856	1%	34.712	1%	21%
Depósitos judiciais	18.629	0%	18.768	0%	-1%
Instrumentos financeiros derivativos	60.062	1%	-	0%	100%
Estoques	10.856	0%	3.895	0%	179%
Impostos e contribuições a recuperar	36.186	1%	50.696	1%	-29%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	41.314	1%	29.056	1%	42%
Outros créditos a receber	19.795	0%	13.939	0%	42%
	<u>2.337.609</u>	<u>42%</u>	<u>2.274.153</u>	<u>44%</u>	<u>3%</u>
Não circulante					
Contas a receber de clientes	101.297	2%	77.963	2%	30%
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	50.551	1%	10.859	0%	366%
Depósitos judiciais	24.759	0%	9.015	0%	175%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	128.115	3%	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	64.293	1%	31.614	1%	103%
Outros créditos a receber	11.323	0%	13.993	0%	-19%
Ativo financeiro da concessão	1.048.121	19%	814.904	16%	29%
Intangível	1.990.240	35%	1.758.723	34%	13%
	<u>3.290.584</u>	<u>58%</u>	<u>2.845.186</u>	<u>56%</u>	<u>16%</u>
Total do ativo	<u>5.628.193</u>	<u>100%</u>	<u>5.119.339</u>	<u>100%</u>	<u>10%</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em milhares de R\$, exceto %

	<u>31/12/2016</u>	<u>% AV</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>% AV</u>	<u>% AH</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	305.167	5%	350.552	7%	-13%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	11.949	0%	11.231	0%	6%
Empréstimos e financiamentos	484.364	9%	206.607	4%	134%
Debêntures	114.982	2%	47.303	1%	143%
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7.750	0%	14.152	0%	-45%
Impostos e contribuições a recolher	84.453	2%	79.481	2%	6%
Impostos e contribuições sobre lucro a recolher	-	0%	2.676	0%	-100%
Dividendos	76.817	1%	69.406	1%	11%
Encargos do consumidor	7.689	0%	10.290	0%	-25%
Contribuição de iluminação pública	14.714	0%	17.433	0%	-16%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	25.485	0%	22.634	0%	13%
Participação nos lucros	38.397	1%	29.965	1%	28%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	18.984	0%	-100%
Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios.	35.829	1%	35.835	1%	0%
Outras contas a pagar	74.036	1%	49.160	1%	51%
	1.281.632	23%	965.709	19%	33%
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	1.198.153	21%	1.502.459	29%	-20%
Debêntures	673.258	12%	495.182	10%	36%
Impostos e contribuições a recolher	1.370	0%	1.104	0%	24%
Imposto de renda e contribuições social diferidos	185.956	3%	136.781	3%	36%
Provisões para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	56.150	1%	39.698	1%	41%
Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética	41.145	1%	30.132	1%	37%
Outras contas a pagar	14.330	0%	-	0%	100%
	2.170.362	39%	2.205.356	43%	-2%
Patrimônio líquido					
Capital social	929.620	17%	840.410	16%	11%
Reservas de capital	674	0%	674	0%	0%
Reservas de lucros	1.245.905	22%	1.107.190	22%	13%
	2.176.199	39%	1.948.274	38%	12%
Total do passivo e patrimônio líquido	5.628.193	100%	5.119.339	100%	10%

Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$2.274,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.337,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 3%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente: (i) pela captação de recursos referente à emissão de debêntures no montante de R\$270 milhões; (ii) antecipações de Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar e de valores retidos na fonte de aplicações financeiras e operações de mutuo financeiro com as controladas, do ano de 2016; (iii) a variação entre saldos de Investimentos de curto prazo e Caixa e equivalente de caixa foi influenciado pela adequação a política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (Fundos de Investimentos) para Equivalente de Caixa (CDB).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$2.845,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$3.290,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 16%.

Os Diretores da Companhia entendem que esta variação ocorreu principalmente pelos investimentos em imobilizado realizados pela Companhia no período, o que resultou no acréscimo de 18% nos saldos do Ativo financeiro de concessão e intangível, que somados representam R\$465 milhões, com o objetivo de expandir a capacidade de distribuição de energia e melhoria na qualidade do serviço prestado em sua área de concessão.

Passivo circulante

O passivo circulante da Companhia passou de R\$965,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.281,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 33%. Os diretores da Companhia entendem que as principais variações foram amortização da 6ª. Emissão de debêntures no valor de R\$67 milhões e amortização de empréstimos referente à operação 4131 no valor de 263 milhões.

Passivo não circulante

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$2.205,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.170,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando uma redução de 2%. Os Diretores da Companhia entendem que não houve variação relevante deste grupo de contas entre os períodos, mas gostariam de destacar a captação da 7ª emissão de debêntures no valor de 270,0 milhões.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$1.948,3 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.176,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 12%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente por: (i) pelo aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$ 89.210, mediante capitalização do saldo da reserva de incentivo fiscal da SUDENE no valor de R\$ 71.020 e 100% da reserva legal no valor de R\$ 18.190. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social; (ii) lucro no exercício de doze meses encerrados em 31 de dezembro de 2016 da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Emissora, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a emissora gerou suas receitas principalmente a partir da distribuição de energia em sua área de concessão.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Perdas de Energia

A Companhia se sujeita a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a necessidade de a Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

Incentivos Fiscais

Depreciação Acelerada

O art. 31 da Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.988/2006 concedeu o incentivo da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda, para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM. Com a Lei nº 13.799 de 04/01/2019 o benefício foi prorrogado até 31/12/2023. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição do bem.

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através da Portaria nº 0043, emitida pela SUDENE, em 27 de abril de 2007. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou os 217 Municípios do Estado do Maranhão como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas a que se refere à Portaria da SUDENE. Dessa forma, a CEMAR vem utilizando o incentivo para todos os 217 Municípios do Estado do Maranhão.

Isenção de 75% do Imposto de Renda

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº. 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2021. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

A CVM através da Deliberação nº. 555, emitida em 12 de novembro de 2008, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

isenção tributária como receita. A receita total até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 96.758 mil (no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 75.709 mil. A lei nº. 11.638/07 extinguiu as reservas de capital e Doações e Subvenção para Investimento e criou a Reserva de Incentivos Fiscais, onde a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita operacional líquida da Companhia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 3.803 milhões, com aumento de 13%, se comparado com a receita operacional de R\$3.370,9 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. O crescimento no volume de energia vendida foi de 0,4%. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita operacional líquida somou R\$3.129,9 milhões, crescimento de 8%.

Ao final de agosto de 2018, a Emissora passou pelo processo Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 16,94%, sendo 10,26% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 6,68% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2018 a 27 de agosto de 2019.

Ao final de agosto de 2017, a Emissora passou pelo processo da Quarta Revisão Tarifária Periódica – RTP, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 12,88%, sendo 6,92% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,96% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2017 a 27 de agosto de 2018.

Ao final de agosto de 2016, a Emissora passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 8,24%, sendo 14,59% referentes ao reajuste tarifário anual econômico negativo de 6,35% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2016 a 27 de agosto de 2017.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Emissora

Os diretores da Companhia entendem que os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, TJL, SELIC e taxa de câmbio (Dólar):

Os diretores da Companhia entendem que os principais indexadores presentes no plano de negócios da Companhia são o IGP-M, IPCA, CDI, TJLP, SELIC e taxa de câmbio (Dólar):

- IGP-M: Parte da metodologia do órgão regulador para determinação da tarifa de venda na distribuição de energia está atrelada ao IGP-M, assim como 4,6% do endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 (nos exercícios findos 2017 e 2016 representou respectivamente: 4,0% e 5,7%).
- IPCA: As tarifas dos contratos de compra de energia estão atreladas ao IPCA, assim como 19,9% do endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 (nos exercícios findos 2017 e 2016 representou respectivamente: 17,8% e 20,9%).
- CDI: Todas as aplicações financeiras da Emissora e cerca de 46,9% do seu endividamento total estão atrelados ao CDI, em 31 de dezembro de 2018 (nos exercícios findos 2017 e 2016 representou respectivamente: 48,8% e 23,7%).
- TJLP: 14,8% do endividamento da Companhia está atrelado a TJLP, em 31 de dezembro de 2018 (nos exercícios findos em 2017 e 2016 representou respectivamente: 14,4%; 18,1%).
- Taxas de câmbio: Em 31 de dezembro de 2018 as taxas de câmbio passaram a não compor o perfil de endividamento da Companhia, sendo 0% do endividamento da Companhia indexado ao Dólar (nos exercícios findos em 2017 e 2016 representou respectivamente: 0,4% e 11,3%).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica, uma vez que não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia com efeito relevante e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

(c) Eventos ou operações não usuais.

Não se aplica, uma vez que não houve eventos ou operações não usuais realizadas pela Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

2018

A Diretoria aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS, com o resultado da adoção desse CPC, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/ IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que as reduções ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentadas em linha separada na demonstração do resultado.

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Com o resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/ IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que as reduções ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentadas em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas.

2017

A Diretoria decidiu pela reclassificação da receita de atualização dos ativos financeiros indenizáveis da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Receita Financeira", no resultado financeiro, para o grupo de receitas operacionais, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements).

2016

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no período encerrado em 31 de dezembro de 2016.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis nas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas: Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Ênfases: Não houve ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.4. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

2018

A Diretoria aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS, com o resultado da adoção desse CPC, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/ IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que as reduções ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentadas em linha separada na demonstração do resultado.

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30/IAS 18 - Receitas, o CPC 17/IAS 11- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Com o resultado da adoção do CPC 48/IFRS 9, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/ IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que as reduções ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentadas em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas.

2017

A Diretoria decidiu pela reclassificação da receita de atualização dos ativos financeiros indenizáveis da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Receita Financeira", no resultado financeiro, para o grupo de receitas operacionais, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements).

2016

Não houve alteração nas políticas contábeis adotadas pela Companhia no período encerrado em 31 de dezembro de 2016.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis nas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas: Não houve ressalvas nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em de 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ênfases: Não houve ênfases nos pareceres dos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e no exercício encerrado em 2017. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

a) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras****a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Emissora**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Emissora em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

a) Investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Investimentos Próprios

Em 31 de dezembro de 2018, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$305 milhões, redução de 14,8% em relação ao ano anterior. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do estado.

Em 2018, os investimentos da CEMAR, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$357 milhões, dos quais R\$97 milhões foram direcionados à manutenção da rede e R\$213 milhões à expansão da rede de distribuição de energia.

Investimentos no Programa Luz Para Todos

Em 31 de dezembro de 2018, foi alcançada a marca de 353 mil domicílios ligados à rede de distribuição de energia elétrica da CEMAR por meio do Programa Luz Para Todos, o que beneficia diretamente mais de 1,7 milhão de habitantes.

Em 2018, o investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros foi de R\$81 milhões, sendo que em 2017, o investimento direto no programa, que inclui gastos com materiais e serviços de terceiros foi de R\$69 milhões, sendo que em 2016, foram investidos R\$121 milhões.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Emissora financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Banco do Brasil, Itaú, Santander, ELETROBRÁS, BNDES, BTG, IFC e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário, tais como DEBÊNTURES, NOTAS PROMISSÓRIAS e outros títulos que tenham taxas atrativas e perfil de prazo adequado.

Já os investimentos diretos do Programa Luz Para Todos são financiados com recursos da Eletrobrás, através das linhas de RGR e de CDE.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Atualmente, a Emissora não possui desinvestimentos relevantes em andamento, nem quaisquer desinvestimentos previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Emissora

Não se aplica, uma vez que a Companhia não divulgou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento e já divulgadas relacionadas à novos produtos ou serviços.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados relacionadas à novos produtos ou serviços.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens acima.